

# BOAS PRÁTICAS



## Mais diversidade e inclusão nas revistas

Documento faz sugestões para prevenir vieses de gênero e de raça na comunicação científica e combater discriminação na revisão por pares

O Committee on Publication Ethics (Cope), fórum de editores sediado no Reino Unido que é referência no debate sobre integridade científica, lançou em novembro um relatório com ideias para promover a diversidade e a inclusão nas revistas acadêmicas. O texto de discussão (disponível em [bit.ly/3G7jtHW](https://bit.ly/3G7jtHW)), organizado pela professora de filosofia canadense e editora de periódicos Deborah Poff, ex-presidente do Cope, aborda assuntos como desequilíbrio de gênero na composição do corpo editorial de publicações, discriminação no processo de revisão por pares e práticas antiéticas e preconceituosas na elaboração de pesquisas. “Assumimos o compromisso de avançar nessas questões e, durante 2021, demos uma série de passos importantes”, disse Daniel Kulp, atual presidente do Cope e diretor de Desenvolvimento Editorial dos periódicos da American Chemical Society, ao apresentar o documento. O fórum, que organizou um webinar sobre esses temas em maio, também transformou o grupo de trabalho responsável pelo relatório em um subcomitê para assuntos de inclusão, diversidade, equidade e acessibilidade, que agora está integrado de forma permanente a seu organograma.

O relatório fez um diagnóstico sobre diferentes dimensões do problema. Mostrou que, apesar dos avanços na regulamentação de pesquisas, ainda há

casos de seleção enviesada ou antiética de participantes de experimentos, prejudicando grupos vulneráveis – o que requer atenção permanente de revisores e editores. Também constatou que a composição de conselhos editoriais de periódicos é preconceituosa com as mulheres e favorece autores dos Estados Unidos e da Europa. E concluiu que a parcialidade na avaliação de artigos e na tomada de decisões editoriais, mesmo quando ocorre involuntariamente, compromete o rigor na disseminação do conhecimento.

Um elenco de sugestões foi fornecido para prevenir esses efeitos na comunicação científica. Um passo inicial é incorporar conceitos de diversidade, equidade e inclusão nas missões e declarações de princípios de periódicos e editoras, descritas em seus websites. Um dos exemplos é o da American Geophysical Union, que estimula suas 22 revistas científicas a incluir mulheres, jovens pesquisadores e acadêmicos de minorias raciais no rol de revisores de artigos. Outro caso é o do periódico *Sociological Science*, cujo site afirma que “[...] incentiva a submissão de todos os acadêmicos, independentemente da posição, afiliação ou país de origem”.

A necessidade de fornecer treinamento contínuo e de investir no desenvolvimento profissional dos responsáveis pelas revistas científicas é um dos principais destaques entre as recomendações. Editores de periódicos têm perfis variados – alguns são contratados com exclusividade enquanto outros são pesquisadores que trabalham para sociedades científicas ou publicações em tempo parcial, recebendo uma remuneração de caráter simbólico diante do volume de tarefas. O mesmo problema envolve membros do conselho editorial, que auxiliam na seleção de revisores de artigos em suas áreas de especialização e atuam na maioria das vezes de forma voluntária.

De acordo com o relatório, a valorização de revisores, editores e gestores e sua capacitação em temas relacionados à inclusão poderiam ajudá-los a compreender a importância de considerar a visão de autores com vivências e perspectivas diferentes e de acompanhar os debates sobre diversidade na produção do conhecimento em suas disciplinas. Outro efeito positivo seria ampliar a familiaridade com conceitos e terminologias sensíveis envolvendo gênero ou etnia sobre os quais não há um consenso – nos Estados Unidos, povos indígenas são mencionados em trabalhos científicos como “nativos americanos” enquanto no Canadá são citados como “primeiras nações”. As universidades teriam um papel a cumprir nesse processo. Elas deveriam começar a recompensar a contribuição de seus docentes que trabalham como editores ou participam da revisão de artigos científicos, levando-a em consideração como critério de promoção na carreira.

Já para as editoras de periódicos cabe a responsabilidade de recrutar bons editores e revisores de artigos que representem a diversidade étnica e de

gênero da comunidade científica. Não é um desafio simples. Dados da pesquisa “Global Voices for Workplace Equity”, de 2018, mostraram que a composição do quadro de funcionários da indústria editorial é 81% branca, 83% heterossexual e 76% feminina. Mesmo com a presença destacada das mulheres, os homens têm quase o dobro de probabilidade de ocupar funções de gestão executiva. No universo de entrevistados do levantamento (1,2 mil indivíduos de seis continentes), não havia negros entre os executivos mais graduados.

**H**á evidências de sobra de que a representação distorcida gera efeitos colaterais. O documento do Cope menciona um estudo publicado em 2016 na revista *PLOS ONE* por pesquisadores do Macalester College, instituição de ensino superior privada no estado norte-americano de Minnesota. O artigo mostrou que, embora as mulheres representem 15% dos docentes nos departamentos de ciências matemáticas em universidades dos Estados Unidos, elas ocupavam apenas 8,9% dos cargos em conselhos editoriais de 435 revistas da disciplina. Outro estudo, publicado em 2020 no repositório bioRxiv por pesquisadores dos Estados Unidos, Países Baixos, Canadá e Reino Unido, utilizou a base de *papers* publicados na revista *eLife* entre 2012 e 2017 e mostrou que a taxa de aceitação de artigos de autores do sexo masculino era 3,5% superior à do sexo feminino. Essa desigualdade subia para 4,8% quando os responsáveis por avaliar o manuscrito eram todos homens.

No webinar organizado pelo Cope em maio, Deborah Poff chamou a atenção para uma outra face do problema, que é a participação menor de mulheres no processo de revisão por pares em comparação com a de homens em várias disciplinas. “Alguns editores dizem que evitam pedir revisões de artigos para mulheres porque elas são sobrecarregadas e dizem não com mais frequência. Mas são casos anedóticos. Não há evidências de que isso seja verdade”, afirmou. “Embora muitas pesquisadoras estejam mesmo sobrecarregadas, elas sabem que a revisão por pares é uma parte fundamental do trabalho acadêmico.”

O relatório menciona exemplos recentes de como os vieses podem produzir visões parciais sobre um tópico de pesquisa. Um deles foi uma edição de 2017 do *Journal of Political Philosophy*, que publicou os anais de um simpósio sobre questões relacionadas ao movimento Vidas Negras Importam em que todos os autores eram brancos. Mas o documento refuta a ideia de que pesquisadores sem um vínculo ou engajamento pessoal com um determinado tema de pesquisa seriam menos qualificados para avaliá-lo e afirma que, quanto maior a quantidade e a diversidade de estudiosos dedicados a um campo de investigação, mais ampla e completa será a compreensão científica alcançada. ■ **Fabício Marques**

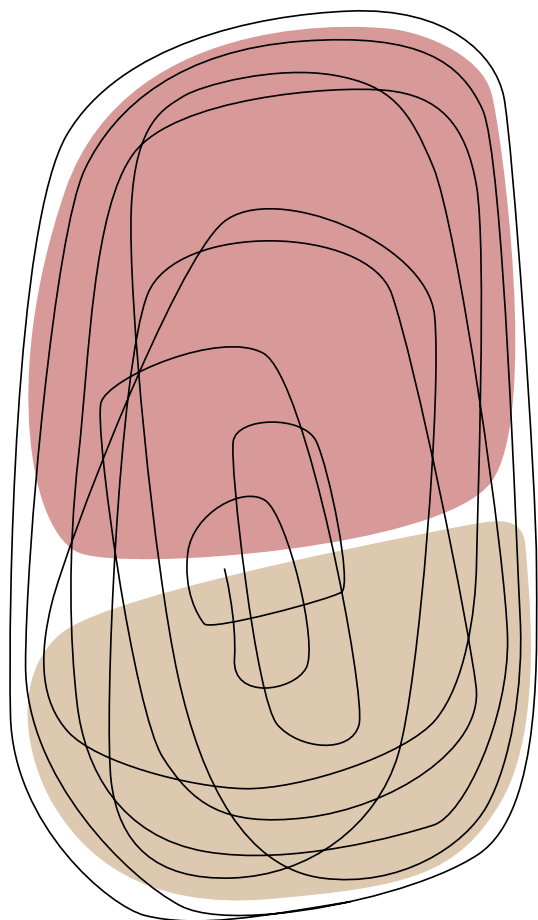
## Digitalização para combater o plágio

O Fundo Fiduciário de Educação Terciária (TETFund) da Nigéria, que financia as instituições públicas de ensino superior do país, vai começar a digitalizar teses e trabalhos científicos produzidos por seus estudantes e docentes e armazená-los no recém-criado Repositório Nacional de Pesquisa. O objetivo é preservar o conhecimento produzido pelas universidades nigerianas e franquear ao público o acesso a resultados de pesquisa. A estratégia também busca combater a má conduta científica no país. “Um grande benefício da digitalização é que ela nos auxiliará a verificar a ocorrência de plágio em trabalhos acadêmicos. Queremos desencorajar essa prática entre pesquisadores de todos os níveis”, afirmou Suleiman Bogoro, secretário-executivo do TETFund, em um evento que apresentou o projeto a bibliotecários de instituições de todo o país, de acordo com o site do jornal *The Nation*.

Um levantamento feito em 2018 pela Comissão Nacional das Universidades (NUC) da Nigéria mostrou que havia algum grau de plágio em cerca de 60% dos ensaios produzidos por estudantes de graduação naquele ano. Entre as dissertações de mestrado, chegou a 15% a proporção de trabalhos que copiaram trechos de outras fontes sem atribuir a autoria de forma adequada, enquanto entre as teses de doutorado a taxa foi de 8%. O problema também atinge o topo da carreira acadêmica e há tempos é combatido nas instituições de ensino superior. A Universidade de Calabar demitiu em 2013 quatro docentes acusados de plágio: Azubuike Iloeje e Maurice Bisong, dos departamentos de Estudos Literários, Oden Ubi, de Marketing, e Paulinus Noah, de Linguística e Estudos da Comunicação. Em outro caso rumoroso, dois professores do Departamento de Economia da Universidade de Porto Harcourt foram processados por copiar

obras do acadêmico nigeriano Víctor Dike, da Escola de Engenharia e Tecnologia da Universidade Nacional de Sacramento, nos Estados Unidos.

De acordo com Suleiman Bogoro, os principais desafios do programa de digitalização de teses envolvem limitações orçamentárias e a necessidade de ampliar a capacidade organizacional e técnica das bibliotecas. Em um primeiro momento, serão criadas plataformas eletrônicas para a submissão de trabalhos acadêmicos enquanto os responsáveis pelas bibliotecas receberão treinamento on-line para lidar com as novas atividades. Os recursos para o programa virão do orçamento do TETFund, que é abastecido por um imposto de educação de 2% sobre o lucro das empresas nigerianas e financia projetos de desenvolvimento acadêmico em 226 instituições de ensino superior do país – no ano passado, o orçamento do fundo foi de cerca de US\$ 700 milhões.



## Fraudes em centenas de artigos

Um editorial recente da revista *Anesthesiology* chamou a atenção para o perfil de um pesquisador que cometeu fraudes em centenas de artigos científicos. Uma investigação feita pela Sociedade Japonesa de Anestesiologia demonstrou que o anestesiolista Hironobu Ueshima fabricou dados e cometeu outras práticas fraudulentas, como falsa atribuição de autoria, em 142 publicações científicas. Um inquérito feito pela Universidade Showa, em Tóquio, onde Ueshima trabalhava, chegou às mesmas conclusões. Até agora, apenas seis artigos sofreram retratação.

“Se todos os 142 artigos forem retratados, Ueshima se tornaria o terceiro anestesiolista com as retratações contadas em três dígitos”, destaca o editorial, assinado por Evan Kharasch, pesquisador da Universidade Duke, nos Estados Unidos e editor-chefe da revista. Ele se referia aos anestesiolistas Yoshitaka Fujii, da Universidade Toho, no Japão, que já teve 183 artigos retratados, e Joachim Boldt, da Universidade de Giessen, na Alemanha, com 105 *papers* cancelados. “Essa é uma distinção vergonhosa tanto para esses indivíduos quanto para nossa especialidade. A medicina perioperatória tem uma presença dominante na má conduta científica”, lamentou Kharasch.

Hironobu Ueshima foi demitido da Universidade Showa no ano passado e três coautores de seus artigos também foram punidos: Hiroshi Otake perdeu o cargo de chefe do Departamento de Anestesiologia, enquanto Eiko Hara e Sakatoshi Yoshiyama tiveram seus doutorados revogados. As investigações sobre o grupo foram deflagradas por uma denúncia do anestesiolista australiano John Loadman, que encontrou evidências de má conduta em um dos artigos e as encaminhou à Universidade Showa.